ESP-FED-PENIT.ESTADO DE SAO PAULO

Termo de Referência 38/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2026	990189-ESP-FED-PENIT.ESTADO DE SAO PAULO	MARCELO MARINHO DE OLIVEIRA	12/11/2026 13:59 (v 0.14)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	62/2026	SEI 006.00399163/2026-17

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de itens de custeio para a Assessoria de Inteligência - FaF 2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	SIAFISICO/ CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	**HD EXTERNO DO TIPO PORTÁTIL,** com capacidade de armazenamento de 2 TB, formato de 2,5 polegadas, destinado ao armazenamento, backup e transporte de arquivos, com interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, alimentação diretamente pela porta USB, dispensando fonte de alimentação externa, acompanhado de cabo USB compatível com a interface do equipamento, com comprimento mínimo de 30 cm, e garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.	COMPRAS 423941 CATMAT 6083650	unidade	**27**	**R$ 595,17**	**R$ 16.069,59**
2	**HEADSET SEM FIO** na cor preta ou grafite, destinado ao uso em videoconferências, chamadas de voz, aplicativos multimídia e comunicação institucional, com conexão Bluetooth, composto por 02 (dois) fones circumaurais (over-ear), acolchoados, com microfone omnidirecional removível e haste flexível. Deverá possuir resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, conexão P2 (3,5 mm), bateria interna recarregável e recarga por meio de USB-C. Deverá apresentar autonomia mínima de 15 (quinze) horas de uso sem fio. Deverá acompanhar cabo USB-C para carregamento e	COMPRAS 237194 CATMAT 6500102	Unidade	**12**	**R$ 409,41**	**R$ 4.912,92**

	possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.					

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual n.º 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como "bens comuns", conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual n.º 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20, da Lei n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Estadual n.º 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105, da Lei n.° 14.133, de 2021

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.4.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

1.4.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

1.4.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.4.3. Não obstante o prazo estipulado na subdivisão anterior, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

1.5. O instrumento substitutivo de contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.6. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado 07/10/2026, que corresponde a data da apresentação da proposta.

1.7. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice (s) definitivo(s).

1.7.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.8. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 1 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.8.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.9. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSID

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual n.º 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 96291141000180-0-000133/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025;

III) Id do item no PCA: 152 e 153;

IV) Classe/Grupo: PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES, 5805 - EQUIPAMENTO TELEFÔNICO E TELEGRÁFICO;

V) Identificador da Futura Contratação: 990189-62/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes, da Lei n.º 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega até 30/12/2026, contados a partir do envio da Nota de Empenho, com entrega imediata.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

a)- Rua Líbero Badaró, n.º 600 – 16º andar, Centro, São Paulo, SP, CEP 01008-000;

b)- Local da entrega: Assessoria de Inteligência;

c)- Recebimento: Segunda à Sexta-feira, exceto feriados;

d)- Horário: das 9h às 12h e das 13h às 16h

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido na subdivisão acima, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei Federal n.º 14.133, de 2021, artigo 117, §2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto Estadual n.º 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do caput do art. 75, da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei n.º 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto Estadual n.º 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II, do caput do art. 75, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto Estadual n.º 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto Estadual n.º 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto Estadual n.º 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º, do Decreto Estadual n.º 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º, da Lei Estadual n.º 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-empreendedor;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei n.º 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107, da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar n.º 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023) ou de sociedade simples

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de consórcio:

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.23.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.24. Tratando-se cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16, da Lei n.º 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º, da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112, da Lei n.º 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

Qualificação Técnica

8.25. Para fins de habilitação neste procedimento, não haverá exigência de habilitação técnica.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é de R$ 20.982,51 (vinte mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do subitem 1.1, deste Termo de Referência. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual n.º 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 990189;

II) Fonte de Recursos: 266550004;

III) Programa de Trabalho: 14421381561460000;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: 0100.

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MARCELO MARINHO DE OLIVEIRA

Assistente Técnico IV

Assinou eletronicamente em 12/11/2026 às 13:59:14.

ESP-FED-PENIT.ESTADO DE SAO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 31/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: SEI 006.00399163/2026-17

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de prover recursos tecnológicos adequados às atividades desenvolvidas pelo Sistema de Inteligência da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP, mediante a aquisição de dispositivos periféricos de informática destinados ao suporte das atividades administrativas, operacionais e analíticas realizadas pelas equipes.

2.2. No âmbito da SAP, as atividades de Inteligência e Contrainteligência Penitenciária possuem caráter especializado e estratégico, compreendendo a coleta, organização e análise de dados e informações, a produção de conhecimentos e o apoio à prevenção, detecção, obstrução e neutralização de ações que possam representar ameaças ao Sistema Penitenciário.

2.3. O adequado desenvolvimento dessas atividades demanda recursos tecnológicos compatíveis com as necessidades das equipes, especialmente para armazenamento e gerenciamento de informações, comunicação e realização de reuniões e videoconferências, bem como para o suporte às demais rotinas relacionadas às atribuições do Sistema de Inteligência.

2.4. Nesse contexto, a aquisição de 27 (vinte e sete) unidades de HD externo destina-se a ampliar e complementar os recursos disponíveis para armazenamento, transferência, organização e guarda de arquivos e informações digitais, contribuindo para a adequada gestão dos dados utilizados nas atividades institucionais.

2.5. A aquisição de 12 (doze) unidades de headset com microfone visa proporcionar condições adequadas para a comunicação por meio de computadores, participação em videoconferências, reuniões virtuais e demais atividades que demandem comunicação por áudio, favorecendo a eficiência e a qualidade das atividades desenvolvidas pelas equipes.

2.6. A disponibilização desses materiais mostra-se necessária para suprir as demandas existentes e complementar os recursos tecnológicos atualmente disponíveis, considerando o uso contínuo dos equipamentos e a necessidade de manutenção de condições adequadas para o desempenho das atribuições institucionais.

2.7. Dessa forma, a contratação busca assegurar os meios tecnológicos necessários à continuidade, eficiência e regularidade das atividades do Sistema de Inteligência da SAP, contribuindo para o adequado desenvolvimento das ações de coleta, armazenamento, análise, produção e comunicação de informações, em apoio às decisões e às competências institucionais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria de Inteligência	Marcelo Marinho de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Aquisição de itens de custeio para a Assessoria de Inteligência - FaF 2021, nos termos da tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	UNITÁRIO EM R$	TOTAL EM R$
1	**HD EXTERNO DO TIPO PORTÁTIL**, com capacidade de armazenamento de 2 TB, formato de 2,5 polegadas, destinado ao armazenamento, backup e transporte de arquivos, com interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, alimentação diretamente pela porta USB, dispensando fonte de alimentação externa, acompanhado de cabo USB compatível com a interface do equipamento, com comprimento mínimo de 30 cm, e garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.	COMPRAS 423941 CATMAT 6083650	unidade	**27**	**R$ 595,17**	**R$ 16.069,59**
2	**HEADSET SEM FIO** na cor preta ou grafite, destinado ao uso em videoconferências, chamadas de voz, aplicativos multimídia e comunicação institucional, com conexão Bluetooth, composto por 02 (dois) fones circumaurais (over-ear), acolchoados, com microfone omnidirecional removível e haste flexível. Deverá possuir resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, conexão P2 (3,5 mm), bateria interna recarregável e recarga por meio de USB-C. Deverá apresentar autonomia mínima de 15 (quinze) horas de uso sem fio. Deverá acompanhar cabo USB-C para carregamento e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.	COMPRAS 237194 CATMAT 6500102	unidade	**12**	**R$ 409,41**	**R$ 4.912,92**

4.2. ENTREGA DOS BENS

4.2.1. Os bens deverão ser entregues até 30/12/2026, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única, ficando a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente em caso de descumprimento do prazo.

4.2.2. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo embalagem, seguro, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários, até a efetiva entrega dos bens.

4.2.3. O carregamento e o descarregamento dos bens serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

4.2.4. Não serão aceitos bens que contenham partes, componentes ou acessórios provenientes de recondicionamento ou refabricação, devendo os produtos ser novos, de primeiro uso e estar em perfeitas condições de funcionamento.

4.3. RECEBIMENTO

4.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a respectiva nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela Comissão Permanente de Recebimento de Materiais, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.

4.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade dos bens, mediante termo detalhado.

4.3.3. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os bens foram entregues em desacordo com as especificações, apresentem defeitos ou estejam incompletos, a CONTRATADA será notificada para sanar as irregularidades no prazo de 10 (dez) dias corridos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

4.4. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.4.1. O prazo máximo para entrega dos bens será de 30 (trinta) dias corridos, contados do envio da Nota de Empenho, em remessa única.

4.4.2. Os bens deverão ser entregues acompanhados dos respectivos manuais de utilização, quando aplicáveis, preferencialmente em língua portuguesa, no seguinte endereço:

a) Rua Líbero Badaró, nº 600 – 16º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01008-000;
b) Local da entrega: Assessoria de Inteligência;
c) Recebimento: de segunda a sexta-feira, exceto feriados;
d) Horário: das 9h às 12h e das 13h às 16h.

4.5. PRAZO DE PAGAMENTO

4.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido concluída a liquidação da despesa, nos termos da legislação vigente e do Decreto Estadual nº 67.608/2023.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A pesquisa de preços foi realizada com fundamento nas disposições do Decreto Estadual nº 67.888/2023, mediante consulta a sítios eletrônicos de domínio amplo e mídia especializada, buscando-se obter referências de preços atuais e compatíveis com as condições de mercado para os objetos pretendidos.

5.2. Para composição da pesquisa, foram selecionadas fontes e fornecedores que apresentassem produtos compatíveis com as especificações estabelecidas para a contratação, de modo a assegurar maior aderência entre os valores pesquisados e os objetos efetivamente pretendidos, contribuindo para a obtenção de estimativa de preços adequada à realidade do mercado.

5.3. O levantamento considerou, sempre que possível, diferentes fontes de pesquisa, com o objetivo de ampliar a representatividade dos valores obtidos e proporcionar maior segurança na formação do preço estimado, bem como subsidiar eventual negociação durante a fase de seleção do fornecedor.

5.4. Considerando os valores obtidos na pesquisa e a necessidade de estabelecer parâmetro compatível com os preços praticados no mercado, adotou-se o critério da média, nos termos do artigo 4º do Decreto Estadual nº 67.888/2023, para a definição do valor estimado da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. HD externo portátil – 2 TB

HD externo do tipo portátil, com capacidade de armazenamento de 2 TB, formato de 2,5 polegadas, destinado ao armazenamento, backup e transporte de arquivos, com interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, alimentação diretamente pela porta USB, dispensando fonte de alimentação externa, acompanhado de cabo USB compatível e garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.

6.1.1. **Capacidade e formato:** capacidade de armazenamento de 2 TB e formato de 2,5 polegadas, do tipo portátil.

6.1.2. **Conectividade:** interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0.

6.1.3. **Alimentação:** alimentação diretamente pela porta USB, dispensando fonte de alimentação externa.

6.1.4. **Aplicação:** destinado ao armazenamento, backup e transporte de arquivos digitais.

6.1.5. **Acessórios:** deverá acompanhar cabo USB compatível com comprimento mínimo de 30 cm.

6.1.6. **Garantia:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.

6.2. Headset sem fio

Headset sem fio, na cor preta ou grafite, destinado ao uso em videoconferências, chamadas de voz, aplicativos multimídia e comunicação institucional, com conexão Bluetooth, composto por 02 (dois) fones circumaurais (over-ear), acolchoados, com microfone omnidirecional removível e haste flexível. Deverá possuir resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, conexão P2 (3,5 mm), bateria interna recarregável e recarga por meio de USB-C. Deverá apresentar autonomia mínima de 15 (quinze) horas de uso sem fio. Deverá acompanhar cabo USB-C para carregamento e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.

6.2.1. **Conectividade:** conexão sem fio por Bluetooth e conexão por meio de plugue P2 (3,5 mm).

6.2.2. **Áudio e microfone:** resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, com microfone omnidirecional removível e haste flexível.

6.2.3. **Estrutura e ergonomia:** composto por 02 (dois) fones circumaurais (over-ear), acolchoados, adequados ao uso em videoconferências, chamadas de voz e comunicação institucional.

6.2.4. **Bateria:** bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 15 (quinze) horas de uso sem fio.

6.2.5. **Recarga:** recarga por meio de USB-C, devendo acompanhar cabo USB-C para carregamento.

6.2.6. **Aplicação:** destinado ao uso em videoconferências, chamadas de voz, aplicativos multimídia e comunicação institucional.

6.2.7. **Garantia:** garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades foi definida com base nas necessidades identificadas pela área de Inteligência Prisional, considerando os materiais necessários ao suporte das atividades institucionais de armazenamento, organização e transferência de arquivos digitais, bem como de comunicação e realização de videoconferências e reuniões virtuais, conforme quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADEDE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	**HD EXTERNO DO TIPO PORTÁTIL**, com capacidade de armazenamento de 2 TB, formato de 2,5 polegadas, destinado ao armazenamento, backup e transporte de arquivos, com interface USB 3.0 ou superior, compatível com USB 2.0, alimentação diretamente pela porta USB, dispensando fonte de alimentação externa, acompanhado de cabo USB compatível com a interface do equipamento, com comprimento mínimo de 30 cm, e garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.	**unidade**	**27**
2	**HEADSET SEM FIO** na cor preta ou grafite, destinado ao uso em videoconferências, chamadas de voz, aplicativos multimídia e comunicação institucional, com conexão Bluetooth, composto por 02 (dois) fones circumaurais (over-ear), acolchoados, com microfone omnidirecional removível e haste flexível. Deverá possuir resposta de frequência de 20 Hz a 20 kHz, conexão P2 (3,5 mm), bateria interna recarregável e recarga por meio de USB-C. Deverá apresentar autonomia mínima de 15 (quinze) horas de uso sem fio. Deverá acompanhar cabo USB-C para carregamento e possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do produto.	**unidade**	**12**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 20.982,51

8.1. O valor estimado da contratação é de R$ 20.982,51 (vinte mil, novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do subitem 1.1, do Termo de Referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução será parcelada em 02 (dois) itens, correspondentes à aquisição de HDs externos e headsets, considerando que se tratam de bens distintos, com características, funcionalidades e finalidades próprias.

9.2. O parcelamento mostra-se adequado por permitir que cada item seja disputado de forma independente, ampliando a possibilidade de participação de fornecedores que comercializem apenas uma das categorias de produtos.

9.3. Os itens possuem autonomia entre si, não havendo dependência técnica ou funcional que justifique sua contratação conjunta.

9.4. A divisão em itens não prejudica a execução da contratação, uma vez que os bens possuem fornecimento independente e poderão ser entregues conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.5. Dessa forma, o parcelamento em itens mostra-se adequado ao interesse público, favorecendo a competitividade, a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes que possam interferir na execução do objeto ou que sejam necessárias para o atendimento da presente contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto Estadual n.º 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 96291141000180-0-000133/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/11/2025;

III) Id do item no PCA: 152 e 153 ;

IV) Classe/Grupo: 7060 - PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA COMPUTADORES, 5805- EQUIPAMENTO TELEFÔNICO E TELEGRÁFICO

V) Identificador da Futura Contratação: 990189-62/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a presente licitação, a Administração terá condições de adquirir HDs externos e headsets, destinados a atender às necessidades da área de Inteligência Prisional, proporcionando recursos tecnológicos adequados ao armazenamento, organização e transferência de arquivos digitais, bem como à comunicação e realização de videoconferências e reuniões virtuais, contribuindo para a eficiência e continuidade das atividades institucionais.

12.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, pelo critério de julgamento de menor preço, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria da Administração Penitenciária, observadas as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a efetivação da presente contratação, não será necessária a realização de capacitação prévia dos servidores, considerando que os materiais a serem adquiridos possuem utilização simples e que os procedimentos de recebimento, conferência, distribuição e controle dos bens já integram as rotinas administrativas da Secretaria.

13.2. A Administração deverá providenciar, previamente à entrega dos materiais, a atuação da Comissão Permanente de Recebimento de Materiais, responsável pelo recebimento e conferência dos bens, verificando a quantidade, as condições de entrega e a conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta da contratada.

13.3. A entrega dos materiais deverá ocorrer nos prazos, locais e condições estabelecidos no Termo de Referência, cabendo à contratada o cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive quanto à entrega dos produtos em perfeitas condições de uso e acompanhados dos acessórios e documentos exigidos.

13.4. Após o recebimento, deverão ser adotadas as providências administrativas necessárias para o registro, conferência e incorporação dos bens ao patrimônio da Administração, quando aplicável, bem como para sua disponibilização à área de Inteligência Prisional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se vislumbram impactos ambientais significativos decorrentes da utilização dos materiais objeto da contratação. Contudo, por se tratarem de equipamentos eletroeletrônicos, deverão ser observadas, quando aplicáveis, práticas de sustentabilidade relacionadas ao uso, à conservação e ao descarte ambientalmente adequado dos produtos e de seus componentes ao final de sua vida útil.

14.2. Deverão ser observados os requisitos e critérios de sustentabilidade aplicáveis à contratação, em conformidade com a legislação vigente e com as orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.2. Diante dos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, considerando a necessidade de aquisição de HDs externos e headsets para atender às atividades da área de Inteligência Prisional.

15.1.3. As soluções são compatíveis com as necessidades identificadas e encontram-se disponíveis no mercado, não tendo sido identificados impedimentos à sua contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

MARCELO MARINHO DE OLIVEIRA

Assistente Técnico IV

Assinou eletronicamente em 12/11/2026 às 13:57:18.